

O PROCESSO EDUCACIONAL FORMAL E A CONSTRUÇÃO DO SOCIAL DETERMINANDO A CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA

Josiane Magalhães

RESUMO: Este artigo pretende apresentar uma breve análise sobre a ritualização cotidiana que permeia os ambientes educacionais e demonstrar a intencionalidade advinda das correlações históricas e políticas presentes nos ambientes criados pela Educação Formal.

PALAVRAS-CHAVE: consciência; processo educacional formal; construção social.

ABSTRACT: This article presents a short analysis about the daily ritual that interposes educational environments and demonstrates the purpose coming from the historical and political correlation being in the environments created by formal education.

KEY WORDS: consciousness; formal educational process; social construction;

Para podermos discutir a relação que se estabelece entre a construção da consciência¹ e o processo educacional formal, se faz necessário estabelecer alguns aspectos daquilo que chamamos de processo educacional formal. Em primeiro lugar, compreender que as implicações do processo educacional formal dependem de sua condição e inserção em um processo mais amplo de construção social. Em segundo lugar, considerar que o processo de educação formal constitui-se em uma das ferramentas principais que constrói e condiciona as bases de quaisquer relações que se estabeleçam entre indivíduos e consolidam um certo modo de fazer as coisas.

O que chamamos de processo educacional deve ser compreendido de uma maneira bastante ampla. Este processo vai desde o nascimento de cada um, compreendendo todos os processos de descoberta do mundo e construção de sua base cognitiva e afetiva dentro do primeiro núcleo formador: o ambiente doméstico. Seguindo seu caminho, passa pelas instituições de ensi-

¹ Sobre as possibilidades de interpretação acerca da consciência vide Magalhães, J. O que é consciência crítica.

no e depois ao mercado de trabalho, tendo como aportes os ambientes religiosos, sindicais, entre outros.

Apesar disso, o ambiente que se pretende formador de maneira intencional é aquele constituído pelas instituições de educação formal daí a distinção entre processos educacionais e processos educacionais formais. Isto posto, o que se pode perguntar é: este ambiente onde se desenvolvem os processos educacionais formais, forma quem e para quê?

Um primeiro aspecto é o fato de que o ambiente educacional formal permite cruzar informações e idéias oriundas de diferentes áreas. Hoje em dia é possível abrir um leque de temas e possibilidades ilimitados. Não raro, temos psicólogos, pedagogos, sociólogos, matemáticos, físicos, biólogos, lingüistas, isto para citar alguns dos profissionais que discutem educação e, que, vez por outra, propõem novas perspectivas de discussão deste tema.

Um segundo aspecto importante é que esse ambiente tem agregado novos elementos às suas ferramentas de trabalho. O trabalho do educador ganha dimensões inesperadas com a introdução do computador e da internet. Fala-se em Educação a distância, cursos on-line, tem-se acesso a uma gama de informação inimaginável há dez anos. Estas ferramentas estão modificando a relação do educador com seus educandos e, por vezes, questiona-se inclusive a necessidade da existência de um educador. Na verdade, a Educação está sendo transformada e redefinida na mesma medida em que a sociedade se transforma e torna-se cada vez mais globalizada, principalmente no trato dado à relação informação e formação dos indivíduos. Uma das possibilidades desta nova perspectiva é tratar a informação no nível de sua utilidade e não aos problemas enfrentados cotidianamente. Essa postura acaba sendo o mote de relacionamento do indivíduo com a informação, ficando em segundo plano uma reflexão e análise acerca das informações, o que permitiria uma formação com vistas à construção de conhecimento e de sua consciência.

Além disso, pensar a Educação hoje propõe compreender um movimento de entrelaçamento de pessoas e áreas de conhecimento. Para além da discussão sobre interdisciplinaridade e da multidisciplinaridade, a Educação se dá em ambientes específicos onde tramitam indivíduos, em qualquer área que seja.

É essa a perspectiva que tentaremos mapear e buscar o entendimento do processo de construção de indivíduos, partindo do pressuposto de que para entender os processos que envolvem a construção da consciência se faz necessário entender como estes indivíduos estão sendo formados seja dentro da escola, seja fora dela.. Esta perspectiva propõe uma construção social da realidade e uma formação de indivíduos inseridos nessa realidade que constróem e em que são construídos.

O ambiente formador diz muito sobre os indivíduos que estão se construindo. Cada um relaciona-se com sua base material e com outros indivíduos e esta interação determinará não só a reprodução deste ambiente, mas também a idéia de sociedade no indivíduo. Dito de outra forma, o indivíduo constrói sua realidade dentro e fora de si.

Sendo assim, a sociedade está longe de ser uma somatória de indivíduos exatamente porque ela existe dentro de cada um desses indivíduos. Mesmo que se torne um naufrago em uma ilha deserta.

Dentre os diferentes ambientes formadores temos um especificamente que tem como intencionalidade educar, formar tais indivíduos. Este ambiente encontra-se nas instituições educacionais.

Tais ambientes, contudo, são construídos sob anos de reflexões teóricas colocadas “cientificamente” pela Pedagogia para a Educação. Deixando suas marcas em uma certa maneira de organizar ambientes e relações mediados por uma teoria pedagógica que deveria direcionar suas práticas. Dentre essas teorias temos uma vertente que se pretende emancipadora. A pergunta que se coloca é, será mesmo emancipadora?

Recuperando alguns ícones da discussão pedagógica

Em primeiro lugar, devemos ter em mente que existem várias possibilidades de interpretação do movimento histórico sobre a forma com que se idealizou e concretizou aquilo que hoje chamamos Pedagogia. Em segundo lugar, parte-se do pressuposto de que não se podem dissociar as idéias pedagógicas de seu contexto histórico nem tampouco desvincular o que somos hoje dessa herança histórica.

Contudo, para a discussão da construção da consciência, nos detemos mais em dois pontos: a formação para o mercado de trabalho e a formação para a cidadania.

Esses dois aspectos aparecem nos discursos pedagógicos brasileiros com bastante força a partir do processo de redemocratização brasileira. Principalmente nos textos dos Planos Nacionais de Educação (PNE's) para as várias disciplinas do ensino público, em alguns momentos com maior ênfase, em outros mais timidamente, mas permeando a discussão sobre o ensino fundamental.

Poder-se-ia perguntar: mas por que esses dois elementos? Simplesmente, porque eles parecem voltar-se para perspectivas diferentes na formação dos indivíduos, mas na verdade são faces de um mesmo processo.

A formação para o mercado de trabalho parece colocar ênfase no ensino de técnicas e na absorção de informações em quantidades cada vez maiores. Tais elementos são necessários a fim de que os indivíduos estejam minimamente preparados para lidar com as crescentes inovações tecnológicas com que irão se deparar no mercado de trabalho.

Por outro lado, existe todo um discurso sobre ensinar para a vida, para a cidadania, para a autonomia. Mas o que é a cidadania, senão a adequação às regras, aos direitos e deveres que medeiam as relações na sociedade civil? A cidadania tem seu par no Estado Moderno. Assim, a autonomia proposta está pautada na idéia de uma participação cidadã, o que implica estar em conformidade com as regras do Estado. Ora, sabemos que o Estado cons-

Profissionais da Educação

tituído tem, em perspectiva, as regras do Capital e os interesses da classe capitalista. Então, tal educação para a vida tem, como perspectiva, a conformidade às regras da sociedade capitalista. Os seres humanos não são livres no mundo determinado pelo Capital: a liberdade existente nessa forma societária é a de comprar e vender no mercado.

Mesmo aqueles que se pensam inovadores não podem abrir mão dessa constatação. Sob o ponto de vista aqui defendido, o principal problema é não se reconhecer dentro desse paradigma. Uma coisa é fazer sabendo as implicações daquilo que se faz. Outra é fazer sem a efetiva consciência dessas implicações e ainda acreditar que essa Educação intencional poderá mudar a sociedade capitalista!

Dessa forma, as discussões teóricas propostas nos âmbitos da Sociologia, Psicologia, Pedagogia, dentre outros, são úteis na medida em que contribuem para esclarecer aspectos dos processos de formação de indivíduos inseridos na lógica de produção capitalista. Produção esta, não só de mercadorias, mas também de seres humanos.

Analisando os ambientes educacionais brasileiros segundo alguns de seus elementos

Os ambientes escolares de uma maneira geral são construídos com a perspectiva de reproduzir os padrões que são hegemônicos na sociedade onde a escola está inserida. O caso brasileiro não é exceção. A sociedade brasileira tem demonstrado, ao longo de sua história, que ainda está engatinhando quando o assunto é formar indivíduos cujas rédeas de pensamento são conduzidas por si mesmos.

O Brasil é um país crédulo², fato este que pode comprovar-se por uma

² Sobre este ponto vale salientar que o crescimento de seitas religiosas nos últimos tempos assinala claramente a desesperança de mudanças na vida real, sendo o aspecto religioso aquele que coloca a alma dos seres humanos como valor essencial da vida humana e, por isso mesmo, consagrado a um outro plano existencial.

simples observação da multiplicidade de religiões e igrejas espalhadas pelo seu território. Isto pode demonstrar uma certa ingenuidade da população na análise de sua realidade, haja vista esperarem de Deus uma solução para suas misérias e infortúnios. Sem ter esperanças no concreto, buscam no intangível suas esperanças. Este aspecto pode ajudar a entender porque a escolaridade não é uma meta indiscutível dos cidadãos brasileiros. Torna-se muito mais um dever do que um direito a ser conquistado. Quanto mais miserável a população, menor é a importância da escolaridade para essas populações, que preferem seus filhos trabalhando por salários irrisórios a estarem na escola.³

Este fato demonstra o descrédito, por parte dessa população, de que a escolaridade possa melhorar suas condições de vida. Além disso, quanto mais miseráveis, mais crédulos na salvação tornam-se os indivíduos, seja na perspectiva religiosa, seja na personificação de um dirigente político que se tornará o pai protetor.⁴

A história política brasileira está marcada pela condução política vinculada ao fortalecimento dos atores políticos em detrimento de partidos.⁵ Foi assim com Getúlio Vargas, com os generais militares, com Fernando Collor de Mello, na eleição e reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso e recentemente com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva.

Finalmente, o Brasil é refém dos meios de comunicação. A televisão

³ Tal fato é observável tanto pelas pesquisas sobre trabalho infantil, quanto pelos projetos como o Bolsa Escola, onde o governo paga para a criança estudar. Quando ocorre um atraso, essas crianças voltam quase que imediatamente aos trabalhos exercidos anteriormente. Isto se deve a uma questão emergencial: a sobrevivência, a opção de não passar fome!

⁴ É interessante notar que, quanto mais miserável e ignorante uma população, mais fácil a crença em um salvador da pátria, ora personificado por um político, ora na idealização de um estado paternalista que seria o responsável pelas reformas que melhorariam as condições em que vive a maior parte da população. Ignora a análise marxista que explicita o caráter do Estado burguês que defende os interesses do Capital.

⁵ A esse respeito, vide Sergio Misceli (org) Estado e Cultura no Brasil SP: Difel, 1984; Koutzii, Flavio (org) Nova República: um balanço, SP: L&PM, 1986; Jovchelovitch, Sandra. Representações sociais e esfera pública. Petrópolis: Vozes, 2000.

brasileira dita moda, regras de comportamento, noções de certo e errado para a população. Elege candidatos e pode destruí-los. A população brasileira tem por hábito creditar um poder de veracidade aos meios de comunicação sem maiores questionamentos.

Se isso ocorre em relação a notícias de fatos cotidianos, que dizer então da construção de suas idéias? De seus valores? Da análise de sua realidade? Da dúvida metódica em relação à explicação apresentada? Tal ambiente não parece propício à formação de consciências críticas! Mas será que a consciência crítica é mais um elemento utópico? Em que ambiente poderíamos ter indivíduos construindo suas consciências?

A escola poderia ser um espaço onde os indivíduos elaborassem suas idéias de maneira autônoma ou relacionar os fatos cotidianos a fim de descobrir novas perspectivas. Mas, tal qual a conhecemos, a escola nos propicia um ambiente que reproduz situações que garantem a manutenção do *status quo*.

Os ambientes educacionais são, em sua maioria, portadores da mensagem implícita “ordem e progresso”. Tal concepção de Educação permeia as instituições brasileiras de educação desde a sua origem. Se nos voltarmos para a história da educação brasileira, ver-se-á que o lema “ordem e progresso” era apregoado como uma bandeira a ser erguida em todos os estabelecimentos educacionais brasileiros, principalmente no período da Ditadura Militar ainda que nesse período essas idéias fossem travestidas sob os desígnios Segurança e Desenvolvimento.

Espaços delimitados previamente, imutáveis, concebidos através de uma lógica de segregação de ambientes: o espaço dos alunos, o espaço dos professores, a sala da direção, a secretaria da escola. Todos pensados arquitetonicamente para serem isolados uns dos outros, com os acessos restringidos e controlados. Não raro as entradas oficiais são separadas. Alunos de um lado, professores, funcionários e diretores de outro. Em escolas mais antigas

existem pequenas janelas de vidro, ou pequenas aberturas nas portas das salas de aula que sugerem a vigilância, o controle do que está acontecendo dentro da sala por alguém que está de fora sem ser notado. As carteiras enfileiradas para frente sugerem que a atenção do aluno deverá estar voltada para o quadro negro, para a professora (ou professor) e para as situações que deverão ocorrer na frente do quadro negro.

O universo de contato com o outro aluno deverá ser mínimo, visto que o colega à sua frente está de costas para ele, e ele próprio está de costas para o seu colega atrás. As distâncias entre as filas são definidas de maneira tal que o aluno precisará mover-se para o lado, saindo de sua postura correta na carteira, caso queira falar com o colega. Esta organização prévia do espaço define relações muito claras entre professores, alunos, funcionários e direção.⁶

O que esse ambiente escolar nos mostra? Essa rápida descrição demonstra que a escola, como nenhuma outra instituição, está calcada na ritualização das atividades, que acaba por gerar as rotinas das ações dos indivíduos no espaço escolar. Como salientam Berger e Luckman (1985), a ritualização é um dos processos em que se fundamenta a construção da realidade a fim de que se possa reafirmar o processo de socialização dos indivíduos.

Fica claro que, na medida em que os indivíduos passam a maior parte de seu tempo dentro da escola, maior será a influência que a rotina escolar exercerá sobre a formação de sua identidade, bem como a incorporação das fragmentações implícitas da organização da sociedade capitalista.⁷

A probabilidade de ser desenvolvida uma consciência crítica entre os indivíduos, neste ambiente, é irrisória. Isto porque os indivíduos cotidianamente

⁶ As relações de poder na escola estão desenvolvidas por Mauricio TRAGTENBERG. Administração, poder e ideologia. S.P.: Cortez, 1989.

⁷ Sobre o papel da escola como agente de formação dentro do processo capitalista, vide ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos de estado. RJ: Graal, 1985.

Profissionais da Educação

mente são isolados, forçados a desenvolverem suas consciências dentro do processo ritualizado. Como já vimos, os indivíduos precisam dialogar a fim de que possam objetivar suas subjetividades tanto para si quanto para os outros. Estes indivíduos, ao ficarem isolados, poderão diminuir as possibilidades de perceberem novas maneiras de compreensão dos fatos. Além disso, a troca de posições e pontos de vista dentro da instituição é anulada pela ritualização cristalizada nas rotinas.

Tanto para os indivíduos em formação quanto para aqueles que foram excluídos dos processos sociais o isolamento é prejudicial⁸. A possibilidade de reunirem-se em grupos compostos por indivíduos nas mesmas condições existenciais ou de crise, nesse sentido, colocaria uma possibilidade de romper com a ritualização e com o isolamento, o que propiciaria um ambiente estimulador de construção de consciências críticas, desde que dialogassem entre si sobre suas existências.

Recebido: 02/04/2004

Aceite para publicação: 16/04/2004

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985

BERGER, P. & LUCKMANN, T. 6. ed. *A construção social da realidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

⁸ Prejudicial não somente do ponto de vista da construção de sua consciência, mas também pedagogicamente. Isto porque os indivíduos diminuem as possibilidades de um desenvolvimento cognitivo através das zonas de desenvolvimento proximal vigotskiano cujo pressuposto é a troca entre os indivíduos.

BORUCHOVITCH, E. *A psicologia cognitiva e a metacognição: novas perspectivas para o fracasso escolar brasileiro*. In: *Tecnologia Educacional*, v.22, (110/111), Jan/Abr., 1993.

CAMBI, F. *História da Pedagogia*. São Paulo: Unesp 1999.

CARONE, E. *A república velha I instituições e classes sociais (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede: a era da informação: economia sociedade e cultura*. Vol 1. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

EBY, F. *História da educação moderna - teoria, organização e prática educacionais (séc. XVI- séc. XX)*. Porto Alegre: Globo, 1970.

ELIAS, N. *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

FARIA, W. *Aprendizagem e planejamento*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *Teorias de ensino e planejamento pedagógico*. EPU, 1988.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1998.

FREITAG, B. *Escola, estado e sociedade*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

FREINET, C. *Pedagogia do bom senso*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GENTILLI, P.A.A. & SILVA, T.T. (org.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

Profissionais da Educação

_____. & SADER, E. (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIROUX, H. *Teoria crítica e resistência em educação*. Vozes, 1986.

MAGALHÃES, J. O que é consciência crítica? *Revista Urutágu* Ano I no.02 Julho /2001 quadrimestral Maringá/PR Brasil ISSN 1519.6178 [http://www.uem.br/~urutagua1.arquivos/03 edicoes.htm](http://www.uem.br/~urutagua1.arquivos/03%20edicoes.htm)

MESZAROS, I. *O século XXI socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.

MISCELI, S. (org). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984.

_____. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil, 1920 - 1945*. São Paulo: DIFEL, 1979.

NAGLE, J. (org) *Educação brasileira: questões da atualidade*. São Paulo: EDART, 1976.

ODÁLIA, N. (org). *Brasil: o desenvolvimento ameaçado perspectivas e soluções*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1989.

ROGERS, C. *Liberdade para aprender em nossa década*. Artes Medicas 1985.

_____. *A aprendizagem significativa na terapia e na educação* In: Tornar-se pessoa. (mimeo)

TOBIAS, A. *História da educação brasileira*. São Paulo: Juriscredi Ltda, s/d.

TRAGTENBERG, M. *Administração, poder e ideologia*. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. *Sobre educação política e sindicalismo*. São Paulo: Cortez, 1982.

TUMOLO, P. S. Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: apontamentos de interpretação. *Educação & Sociedade*, Campinas - SP, v. 24, n. 82, p. 159-178, 2003.

_____. Reestruturação produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. *Educação & Sociedade*. Campinas, SP n. 77, p. 71-99, 2001.

WALLON, Henri. *As origens do caráter na criança*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.